

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL À CRÍTICA DO RACISMO
NAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS: A IMPORTÂNCIA DE UMA
PSICOLOGIA ANTIRRACISTA**

JULIA TRINDADE DE SOUZA

**VOLTA REDONDA
2018**

JULIA TINDADE DE SOUZA

**DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL À CRÍTICA DO
RACISMO NAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS: A IMPORTÂNCIA
DE UMA PSICOLOGIA ANTIRRACISTA**

Trabalho monográfico apresentado à
Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Psicologia

Tipo de Trabalho: Conclusão de curso,
monografia.

Formato: Tradicional

ORIENTADOR: Prof. Dr. Rafael Mendonça Dias

Volta Redonda

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BAVR

S719m Souza, Julia Trindade da
Do Mito da Democracia Racial à Crítica do Racismo nas
Práticas Psicológicas: A Importância de uma Psicologia
Antirracista / Julia Trindade de Souza ; Rafael Mendonça
Dias, orientador. Volta Redonda, 2018.
53 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) -
Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais, Volta Redonda, 2018.

1. Psicologia Antirracista. 2. Mito da democracia racial. 3.
Saúde mental da população negra. 4. Eugénis. 5. Produção
intelectual. I. Título II. Dias, Rafael Mendonça, orientador.
III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências
Humanas e Sociais. Departamento de Psicologia.

CDD -

Bibliotecária responsável: Ana Claudia Felpe da Silva - CRB7/4794

JULIA TRINDADE DE SOUZA

**DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL À CRÍTICA DO
RACISMO NAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS: A IMPORTÂNCIA
DE UMA PSICOLOGIA ANTIRRACISTA**

Trabalho monográfico apresentado à
Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Psicologia

Aprovado (a) em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Mendonça Dias (orientador)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a Dr.^a Nancy Lamenza
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr.^o Alexandre Bárbara
Universidade Federal Fluminense (UFF)

VOLTA REDONDA

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Marcia e Ivano, por todo o apoio, pela acolhida e pelo incentivo ao longo desses anos. Não posso deixar de falar o quanto vocês me inspiram diariamente a construir uma sociedade mais justa e igualitária. Aqui deixo todo meu agradecimento e admiração pelo exemplo que vocês são para mim.

À minha família, que do Brasil até a Alemanha, sempre esteve comigo, me apoiando e incentivando, e entendendo os momentos que a distância não me deixou estar presente.

Agradeço as minhas amigas de infância, do colégio e da vida, que sempre estiveram ao meu lado, sendo apoio, amor e acolhida, driblando a distância física

Às meninas do 304, com quem eu dividi a casa nos primeiros momentos da faculdade, que comeram muito arroz queimado, mas estiveram ao meu lado na adaptação da saída de casa, com muito carinho.

Aos meus amigos de Campos, agradeço por cada troca, pelos afetos, por cada papo no Chiquinho, cerveja na Fluir, até pelo desespero dos trabalhos em grupo.

À Rhaissa, minha amiga parceira, que topou a doideira da transferência no meio da graduação, pelos chazinhos nos dias difíceis, pelo colo quando nada parecia caminhar e pelas risadas nos momentos mais necessários.

Aos encontros potentes que aconteceram em Volta Redonda que proporcionaram toda uma ressignificação da psicologia para mim. Não posso deixar de agradecer a Alice, Clara e Carol, por cada café, chá, lanches e pelas tardes recheadas de afeto.

Agradeço ao meu orientador Rafael e minhas parceiras de supervisão Mariana e Monique, que me ajudaram nessa caminhada e na minha construção profissional, além de serem apoio em dias de desespero.

Nesse momento político em que vivemos, me sinto no dever moral de agradecer ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva e, ao então, Ministro da Educação Professor Doutor Fernando Haddad, que, em 2007, foram precursores do projeto Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por conta deste projeto pude estar em dois campi da Universidade Federal Fluminense (UFF) e viver a importância das políticas públicas e do acesso gratuito à educação.

Deixando para trás noites de terror e
atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa
clareza
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus
antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do
homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.

Maya Angelou

RESUMO

O presente estudo apresenta um trabalho de conclusão de curso que se propõe a entender os efeitos da combinação entre a psiquiatria eugenista no Brasil e do mito da democracia racial, na construção do saber e da prática da psicologia brasileira. Para entender os efeitos prejudiciais dessas práticas, que perpetuaram e reforçaram o racismo, à saúde mental da população negra, apresentam-se teorias que abarcam a constituição intrapsíquica do negro brasileiro. Nesse sentido, também são apresentadas novas formas de se fazer psicologia que vem de encontro à necessidade de se produzir um conhecimento na psicologia capaz de abarcar as especificidades da população negra, assim produzindo uma prática potente e antirracista.

Palavras-chave: eugenia, mito da democracia racial, saúde mental da população negra, antirracismo

RESUMEN

Este estudio presenta un trabajo de conclusión de curso que se propone a comprender los efectos de la combinación entre la psiquiatría eugenesia en Brasil y del mito de la democracia racial, en la construcción del saber de la práctica de la psicología brasileña. Para comprender los efectos perjudiciales de estas prácticas, que perpetuaron y reforzaron el racismo, a la salud mental de la población negra, se presentan teorías que abarcan la constitución intrapsíquica del negro brasileño. En este sentido, también se presentan nuevas formas de hacer psicología que viene de encuentro a la necesidad de producir un conocimiento en la psicología posible de abarcar las especificidades de la población negra, así produciendo una práctica potente y antirracista.

Palabras clave: eugenia, mito de la democracia racial, salud mental de la población negra, antirracismo.

SUMÁRIO:

Sumário

INTRODUÇÃO:.....	8
1- HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA EUGENISTA NO BRASIL.....	13
1.1-O Conceito de eugenia	16
1.2- O eugenismo no Brasil e o surgimento da Liga Brasileira de Higiene Mental.....	17
1.3- As reverberações da LBHM na psiquiatria brasileira	19
1.5- As concepções de raça e mestiçagem a partir de Nina Rodrigues	22
2- O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E SEUS EFEITOS NA SUBJETIVIDADE DO NEGRO BRASILEIRO	25
2.1- A democracia racial de Gilberto Freyre	27
2.2- Abdias Nascimento e a crítica da democracia racial	28
2.3: Florestan Fernandes e o racismo à brasileira	31
2.4- Peles Negras, Máscaras Brancas: Frantz Fanon e os impactos da colonização na subjetividade do negro colonizado.....	34
2.5- Tornar-se Negro: rompendo com o ideal de branquitude na psicologia.....	36
3- PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS	40
3.1- O lugar da psicologia frente as questões raciais	41
3.2- A aproximação da psicologia com o movimento negro	43
3.3- O Trabalho dos Conselhos de Psicologia acerca das questões raciais	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	50

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta, a partir de estudo bibliográfico, os impactos da constituição de uma psiquiatria eugenista e os efeitos do mito da democracia racial na psicologia brasileira.

Encaro os anos de graduação como cruciais não só para minha formação profissional, mas também para minha formação e transformação pessoal. Vi, ao longo desses cinco anos, surgir uma nova Julia, com novas experiências e questionamentos, e por isso, nesse trabalho busco entender e pensar a importância e os efeitos da construção da psiquiatria brasileira e o do mito da democracia racial sob as práticas psicológicas brasileiras.

Entender a posição da psicologia na sociedade e nos processos de subjetivação dos sujeitos que compõem tal sociedade, me encanta, mas sei que esses processos se dão de maneiras diferentes a partir de recortes étnico-raciais, porém ao longo da graduação não me deparei academicamente com essas discussões, o que imagino ser fruto desse ideal branqueador que permeia nossa constituição social.

Durante o curso, só tive uma professora negra e ao conversar com colegas de outras universidades, poucos foram os que tiveram aula com professores negros, o que é extremamente incômodo quando me lembro que 54% da população brasileira é composta por pretos e pardos.

Para além dessa questão, também quase não tive contato com autores negros e poucos foram os não brancos, o que me convoca a pensar se estaremos preparados para sustentar as demandas daqueles que sofrem racismo, principalmente o velado, que é bastante comum no Brasil, já que somos permeados por uma ideia de que somos todos iguais.

Minha experiência de estágio curricular em um Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas (CAPSAD), que muito influenciou ao longo da minha formação profissional, também reverbera aqui. A começar pela formação da equipe, que embora tenha sido trocada por diversas vezes durante o ano em que lá estagiei, sempre contou com uma minoria de funcionários negros.

Se o número de funcionários negros era menor, isso não ocorria quando se tratava de usuários. O número de pessoas negras que ali desenvolviam seus tratamentos, era

muito maior do que de pessoas brancas, o que é importante destacar, já que ali se tratava de um espaço público e gratuito, promotor de cuidado para pessoas que realizavam uso abusivo de álcool e outras drogas.

É importante entender que pessoas que desenvolvem uso abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas, ocupam perante a sociedade, um lugar marginalizado, tendo suas questões reduzidas a falta de força de vontade, estando atreladas a uma imagem de vagabundagem. Todo esse estigma vem da enorme carga moral com que a nossa sociedade lida com essas questões.

Quando se tratam de sujeitos negros, a carga de moralidade com que são julgados esses sujeitos é exacerbada e por muitos anos, essa imagem do negro vadio foi fomentada pela psiquiatria e por outros setores da sociedade brasileira.

Os avanços dos movimentos sociais e o contato que pude ter com questões raciais e as questões ligadas aos direitos humanos e a garantia de direitos, foram fatores determinantes para a escolha do tema que aqui busco trabalhar. Além disso, penso que minha formação enquanto psicóloga só se dará positivamente se houver função social.

Busco construí-la para auxiliar na consolidação de uma sociedade igualitária, porém no atual modelo de democracia racial que permeia a sociedade em que vivemos, não há de fato o reconhecimento das diferenças raciais para que haja posteriormente uma igualdade.

Sendo assim, impulsionada pela minha vivência e pela conjuntura que o país atravessa, busco neste trabalho, entender os efeitos do mito da democracia racial nas práticas psicológicas brasileiras, afim de contribuir para que a psicologia rompa com o seu saber colonizado e eurocêntrico que reforça estereótipos de branquitude e, por vezes, acaba por não acolher a dor psíquica do sujeito negro.

O processo colonizador do Brasil foi palco de uma das maiores explorações e piores escravidões do mundo (Geledés, 2012). A data estimada é que os primeiros navios negreiros, vindo dos mais diversos países da África, aportaram em Salvador por volta de 1538, totalizando aproximadamente 300 anos de escravidão, uma vez que a Lei Áurea, lei responsável pela abolição da escravatura, foi assinada pela Princesa Isabel em maio de 1888 (Geledés, 2012).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2012 e 2016, aproximadamente 54% da população brasileira era composta por

pretos e pardos. Outra estimativa, essa apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2015, negros ganhavam em média R\$898 mensais, enquanto brancos ganhavam em torno de R\$1589, ou seja, os cálculos demonstram que a população negra ganha pouco mais da metade do que a parte de pessoas brancas que compõem o país. Também lançado pelo Ipea, em conjunto do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o “Atlas da Violência 2017” aponta que negros, baixa escolaridade, juventude e pessoas do sexo masculino como características indicadoras de riscos para tornarem-se as principais vítimas de mortes violentas no País. Desses requisitos, em torno de 78,9% são preenchidos por pessoas negras.

A democracia racial, é um conceito oriundo de Gilberto Freyre e traz a ideia de que, a partir da miscigenação entre pretos e brancos no processo civilizatório do Brasil, a população brasileira seria reconhecida enquanto mestiça, um povo mulato (Freyre, 2003). Sendo assim, não haveria distinção entre negros e brancos, já que seríamos sempre marcados pela miscigenação.

Porém, os dados apresentados acima, mostram que mesmo 130 anos após a abolição da escravatura, essa democracia racial está muito distante de acontecer.

Não é só o ideal de democracia racial que influencia a constituição do ser negro no Brasil, o negro brasileiro também passou por um processo de ideologia de branqueamento, que é o resultado da miscigenação entre brancos e negros, aumentando de maneira considerável o número de mestiços no Brasil desde o período colonial (Carone, 2000). Para além dessa definição, o ideal de branqueamento também pode ser entendido como “uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após abolição da escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente” (Carone, 2002, p. 14).

Esse ideal de branqueamento está ligado a uma ideia higienista e eugenista que ocorreu após o processo de colonização do Brasil. “Segundo a concepção higienista, não era possível fazer uma grande nação com uma raça inferior, evadida pela mestiçagem, como eram os brasileiros” (Masneira e Silva, 2000, p.5).

Os apontamentos trazidos acima, podem ser considerados como processos de adoecimento para as pessoas negras, a partir desse ponto, podemos considerar a psicologia brasileira como uma ciência que pode ajudar a entender esses processos. Segundo Kabengele Munanga, “as vítimas do preconceito e da discriminação racial, merecem a atenção de uma ciência psicológica, tanto no plano individual sob o olhar de

uma psicologia clínica, como no coletivo, sob o olhar de uma psicologia social” (Munanga, 2002, p.9)

Embora a psicologia possa ser um conhecimento muito potente nesses enfrentamentos pelos quais o sujeito negro passa, seus estudos ainda são influenciados por um ideal de branqueamento muito forte e as práticas antirracistas ainda são incipientes, assim, a psicologia também acaba esbarrando nos ideais racistas presentes na nossa sociedade.

Lima Barreto em “O Cemitério dos Vivos” (2004) constrói uma história de ficção, mas que muito dialoga com suas experiências durante a estada no manicômio e acredito que apresentar essa história do autor, antes de começar o primeiro capítulo, pode nos situar historicamente sobre a realidade dos efeitos do começo da psiquiatria no Brasil.

No primeiro capítulo “A História da Psiquiatria Eugenista no Brasil”, apresentarei a eugenia enquanto conceito norteador da psiquiatria brasileira e criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

Em 1923, LBHM era pautada nas ideias eugenistas e tinha como objetivo criar programa de higiene mental. Em seus estatutos, os higienistas criadores, culpavam a miscigenação racial pela desordem social, política e pela propagação de doenças no Brasil (Masneira e Silva, 2000).

Além dos estudos eugênicos da psiquiatria, a medicina à época também tinha fortes influências de Nina Rodrigues e sua conceituação de raça e mestiçagem, que também serão apresentadas no primeiro capítulo.

Com o segundo capítulo “O mito da democracia racial e o papel da psicologia no debate racial brasileiro” trago a ideia lusotropicalista de Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala”(1933) que apresenta, a partir da visão da casa grande, os impactos da colonização e como as relações entre senhores e escravos influenciou na construção da sociedade brasileira enquanto uma sociedade mestiça.

A visão de Freyre fundamenta até hoje a sociedade brasileira, mas desde a sua construção, foi duramente criticada. Abdias Nascimento e Florestan Fernandes são dois autores do campo da sociologia que apresentam críticas a democracia racial Freyriana.

Abdias Nascimento tece suas críticas considerando os aspectos da colonização e da diáspora, evidenciando as questões de raça e o quanto a população negra que foi trazida ao Brasil para ser explorada, sofreu e construiu nosso país às custas de suor e sangue,

sendo assim, o autor considera que sem reparação histórica, não há democracia racial.

Já Florestan Fernandes, apresenta suas críticas pautadas nas ideias não só de raça, mas também considerando os efeitos do racismo nas classes sociais.

No segundo capítulo também apresentarei obras importantes para a psicologia e as questões raciais. Como “Tornar-se Negro” (1983) de Neusa Souza Santos e “Peles Negras. Máscaras Brancas” (1952) do francês Frantz Fanon. Nestas duas obras os autores apresentam os efeitos do racismo no funcionamento intrapsíquico dos negros e como isso afeta as formações subjetivas. Neusa foi pioneira com seus estudos no Brasil, e Fanon, embora apresente sua tese a partir de suas experiências na França, fala do lugar de um negro colonizado por um país europeu e branco, dialogando assim, com as vivências do negro brasileiro.

O terceiro capítulo, intitulado como “Psicologia e as relações raciais no Brasil” continua apresentando importantes estudos e iniciativas no campo da psicologia e das relações raciais. Além de apresentar o contexto em que a psicologia é reconhecida enquanto profissão no Brasil e se descola de outras áreas de conhecimento, como a medicina e a educação. Nesse capítulo também apresento algumas das fases do movimento negro brasileiro e a importância dele para criação de institutos que promovem acolhimento e capacitação para pessoas negras.

Outra iniciativa muito importante que apresentarei nesse capítulo, é o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que foi criado em 2006, a partir do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e alguns Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). e atua construindo cartilhas para capacitação de profissionais no atendimento alguns grupos da sociedade.

Em 2017, o CREPOP lança a cartilha “Relações Raciais - Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os)” e apresentarei esse material como um importante instrumento de capacitação dos profissionais de psicologia no que diz respeito às relações raciais.

Acredito que neste trabalho conseguirei reunir um referencial bibliográfico para construir um panorama sobre os efeitos da ideia de democracia racial e da instituição de uma psiquiatria eugênica no Brasil.

1- HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA EUGENISTA NO BRASIL

A linha tênue entre ficção e a realidade no Cemitério dos Vivos:

Em “O Cemitério dos Vivos”, Lima Barreto narra com muita sensibilidade e tristeza sua passagem pelo manicômio. O autor que foi internado por duas vezes no Hospício Nacional de Alienados, na Urca, Rio de Janeiro, relata nesse escrito, sobre sua segunda passagem pelo hospital, que foi de 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920.

O livro, cujo os originais foram encontrados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, em 1949, se divide em duas partes, a primeira, denominada como “Diário do Hospício” é uma espécie de diário da passagem do autor, e a segunda, “O Cemitério dos Vivos” são anotações de um romance inacabado, onde, com um tom de ficção sobre sua vivência, ele narra a experiência de Vicente Mascarenhas, um infeliz funcionário público carioca, que também é internado no hospício por alcoolismo, porém a relação danosa entre Mascarenhas e o álcool se dá logo após a morte da esposa, que não consegue lidar com a perda.

Acredito que a importância de trazê-lo aqui neste trabalho se dá ao fato dele ser um dos poucos autores negros brasileiros consagrados e também para apresentar uma bibliografia que descreve o período sombrio que foi o início da psiquiatria no Brasil. Como podemos ver numa passagem do texto: “Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida e de nós mesmos” (Barreto, 2004, p.40). Neste trecho o autor escreve sobre sua sensibilidade que podemos constatar ao longo do livro. Ela é perceptível através da sua narrativa e causos ali presentes.

No século XX, o alcoolismo era considerado pela psiquiatria uma doença e estava muito ligada a moralidade da época. A demarcação entre as doenças psiquiátricas como neuroses, esquizofrenias, monomanias e as doenças como o alcoolismo, ficavam acentuadas pela forma como os internos chegavam ao hospício, sendo os alcoolistas muitas vezes tratados como caso de polícia.

A loucura sempre permeou a vida de Lima Barreto, anterior ao seu alcoolismo, Lima teve sua infância e adolescência marcadas pelos surtos do pai, o que acabou fazendo com que o autor não conseguisse terminar seu curso na Escola Politécnica para assumir

financeiramente a família.

Além das duas passagens pelo manicômio na Praia Vermelha, Lima Barreto também teve passagens pela Santa Casa de Ouro Fino e pelo Hospital Central, mas marca no livro que essa seria a última passagem dele por esses espaços, que não conseguiria sustentar essa experiência mais uma vez.

No quarto capítulo do livro, o autor discorre sobre suas impressões de loucura e ressalta que não há raça ou espécie de loucos, o que há são indivíduos loucos, porém que expressam de maneiras diferentes a loucura. No Diário do Hospício Lima Barreto afirma:

Que dizer da loucura? Mergulhado no meio de quase duas dezenas de loucos, não se tem absolutamente uma impressão geral dela. Há como em todas as manifestações da natureza, indivíduos, casos individuais, mas não há ou não se percebe entre eles uma relação de parentesco muito forte. Não há espécies, não há raças de loucos, mas loucos só” (BARRETO, 2004, p.43).

Nessa passagem o escritor não só amplia as possibilidades de experiências na loucura, como também vai contra ao organicismo e o determinismo que era muito presente na ciência a época. Embora o álcool em excesso possa provocar alucinações, a experiência é diferente da alucinação da esquizofrenia, dessa forma é importante observar as diferenciações nas maneiras como os sujeitos irão experimentar a loucura. Quando o sujeito não está sob o efeito do álcool, ele acaba por se defrontar com outras formas de loucura e questiona sua passagem pelo espaço do hospício.

Embora o álcool em excesso possa provocar alucinações, a experiência é diferente da alucinação da esquizofrenia, dessa forma é importante observar as diferenciações nas maneiras como os sujeitos irão experimentar a loucura. Quando o sujeito não está sob o efeito do álcool, ele acaba por se defrontar com outras formas de loucura e questiona sua passagem pelo espaço do hospício.

Acho importante salientar que a experiência de Lima Barreto no hospício não fica só marcada pela questão do álcool, mas que por ser um sujeito negro, ele discorre em algumas passagens sobre situações em que viveu racismo no hospício, além do estigma de bêbado e a diferença do tratamento, se comparado a outros casos de doentes mentais, principalmente brancos e portugueses.

Durante o livro, Lima Barreto relata seu contato com Henrique Roxo, psiquiatra de nome muito importante da época e que futuramente participaria da Liga Brasileira de Higiene Mental, a liga que traria ideais eugenistas para a psiquiatria brasileira. Na

passagem em que Lima Barreto conta sobre Roxo, ele apresenta o médico enquanto muito bem formado, mas não sente por ele algum tipo de apreço. Nessa passagem percebemos que ele faz uma enorme distinção entre competência e afeto e que os dois podem estar dissociados.

Com toda a sua sensibilidade, Lima Barreto consegue narrar os momentos sombrios em que viveu no manicômio. Não foram poucas as vezes em que o autor mostrou a similaridade que aquele espaço apresentava como inferno e a sensação ruim de perder completamente sua subjetividade. Em uma noite, era um funcionário público, no outro dia amanheceu nos salões do hospício jogado com as mais diversas pessoas e as especificidades presentes na loucura.

Nesse escrito, Lima Barreto não só apresenta seu diário no hospício ou uma história fictícia que por vezes se mistura com a realidade dos escritos. O autor apresenta, com toda sua genialidade, o horror do dia a dia do manicômio e traços terríveis, organicistas, racistas e moralistas da psiquiatria brasileira no começo do século XX.

Nas primeiras décadas do século XX, a psiquiatria brasileira, em especial a carioca, representava o que havia de mais atrasado na medicina. Juliano Moreira era psiquiatra negro brasileiro com quem Lima Barreto aparentava ter uma boa relação pelo o que apresentou no livro, era um dos médicos que ainda reproduzia o discurso teórico da psiquiatria francesa, além de adicionar a moral religiosa a sua prática (Costa, 2007).

Os psiquiatras da época apresentavam tendências a associar os problemas psiquiátricos presentes na sociedade com as questões culturais, porém tudo isso era fomentado por um viés biologizante, o que reforçava uma necessidade de ação médica em todos os setores da sociedade.

Desse modo, o modelo psiquiátrico brasileiro, e suas práticas biologizantes sem considerar os contextos sociais e as mudanças que o país enfrentava, mostrava que necessitava de mudanças, de formas diferentes para a prática e assim foi o contexto ideal para a propagação dos preceitos da psiquiatria organicista alemã, além dos conceitos de eugenia e futuramente a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental.

1.1-O Conceito de eugenia

O período da psiquiatria apresentado anteriormente, através de Lima Barreto, era resultado de práticas psiquiátricas organicistas, esse período antecede o momento em que as ideias eugenistas tomam frente das práticas médicas no mundo todo, inclusive no Brasil.

Neste primeiro capítulo irei apresentar as ideias eugênicas e os fatores que fizeram-na se alastrar e ser tão aceita pela classe médica e científica brasileira.

Além dos conceitos eugênicos e da construção da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), irei apresentar duas concepções raciais que modularam a formação da sociedade brasileira e perduram até os dias de hoje, inclusive como forma de influência na construção da prática dos psicólogos no Brasil.

As concepções de raça e mestiçagem, do médico Raimundo Nina Rodrigues, que ocorreram no século XI, influenciaram diversas pesquisas e teorias médicas da época, foram fundamentais para o período histórico e reverberam as práticas psi até hoje, mesmo que de maneira velada.

No século XIX, a psiquiatria brasileira tinha bases organicistas, porém os anos foram se passando e outras formas de pensar a constituição psíquica dos pacientes, foram surgindo. A eugenia foi um conceito muito difundido e bem aceito pelos médicos brasileiros nessa transição de práticas.

O projeto eugênico do inglês Francis Galton surgiu a partir do Darwinismo, ou seja, ele acreditava que a teoria da seleção natural, desenvolvida por Charles Darwin, também poderia ser aplicada para seres humanos. A teoria do inglês, que discriminava negros, imigrantes, deficientes e asiáticos, propagava a ideia de que não só traços físicos, mas como também os intelectuais, eram provenientes de carga genética.

Toda a teoria eugênica é fundamentada em base biológica e genética e foi muito utilizada como base de estudos para a psiquiatria.

Ao contrário de como é interpretada na atualidade, como um conceito racista e preconceituoso, quando foi desenvolvida, a teoria se mostrava bastante pautada em conceitos teóricos e científicos, a fim de fazer um estudo sobre a hereditariedade e compreensão da propagação das características geracionais.

Para Foucault (1988), quando o Estado interfere tutelando a vida humana no

campo biológico, através de políticas de controle, exercendo um poder que ultrapassa os sujeitos de direito, excedendo esse manejo até a vida e a morte, controlando o viver e o morrer, ele está agindo através do biopoder. Uma das formas desse biopoder operar, é através de mecanismos de controle, como a docilização e a disciplinarização dos corpos, sendo essa disciplina uma forma de controle anatômica, ela se concentra nos corpos, principalmente em instituições como escolas, hospitais e fábricas (Foucault, 1988).

A biopolítica é uma forma de biopoder (Foucault, 1988) que atua não só nos corpos dos indivíduos. É através do controle das espécies que essa biopolítica irá operar.

A psiquiatria ao se apropriar da teoria eugênica começa a utilizá-la como base para exercer o controle de corpos e da sexualidade, condenando a miscigenação, a homossexualidade, entre outros comportamentos considerados desviados para a época. Sendo assim, para Foucault (1988), é através do biopoder, representado na forma da biopolítica que a psiquiatria reforça sua prática através dos ideais eugênicos. Combinada com a jurisprudência, promovendo o racismo de Estado, escolhendo aqueles que perpetuariam a espécie e garantiram a sobrevivência da sociedade (Foucault, 1988).

1.2- O eugenismo no Brasil e o surgimento da Liga Brasileira de Higiene Mental

No Brasil, os ideais eugenistas foram utilizados pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), que se apoiava nos ideais do positivismo científico para exercer sua prática de cunho racista. Impulsionada por setores da sociedade, a LBHM promovia o racismo de Estado, escolhendo aqueles que perpetuariam a espécie e garantiriam a sobrevivência da sociedade (Foucault, 1988).

A Liga Brasileira de Higiene Mental foi fundada pelo psiquiatra Gustavo Riedel em 1923. Nomes como os dos psiquiatras Juliano Moreira e Henrique Roxo também faziam parte do corpo de membros da LBHM, além de outros médicos considerados da elite da psiquiatria brasileira. Membro de outras áreas da sociedade também faziam parte da Liga, eram eles juristas, ocupantes de cargos públicos, educadores, entre outros. A ideia original da instituição era de promover uma assistência de melhor qualidade aos doentes mentais.

Durante algumas décadas do século XX, a psiquiatria no Brasil seguia um viés biologizante. Os psiquiatras se apropriavam desses argumentos até para determinar o funcionamento de setores da sociedade, da família e do Estado (Costa, 2007).

O viés biológico propagado na LBHM, tem um caráter estritamente eugênico e não necessariamente biológico no sentido intrínseco, uma vez que o pensamento eugênico usava a ciência como base para justificar preconceitos.

Em resumo, a História da psiquiatria brasileira criou uma atmosfera psiquiátrica saturada de conotações ideológicas. A LBHM herdou esse tipo de pensamento, reforçando-o e desenvolvendo-o, graças à incapacidade que tiveram seus psiquiatras em discriminar aquilo que nas suas teorias era determinado pelos preconceitos da cultura” (COSTA, 2007, p.44).

Embora tenha sido criada em 1923, foi só a partir de 1926 que os psiquiatras que compunham a LBHM começaram a construir projetos direcionados à eugenia, educação de indivíduos e prevenção.

Foi através da eugenia que a psiquiatria brasileira conseguiu legitimar por tanto tempo seus conceitos de higiene mental. No primeiro estatuto da Liga Brasileira de Higiene Mental, a eugenia já estava presente, ditando políticas higienistas e nos anos seguintes ela continuou se fazendo presente, até se tornar a principal ideia norteadora das práticas da LBHM.

No ano de 1928, a LBHM reformula seus primeiros estatutos e tem suas práticas aproximadas da prevenção e da eugenia, a partir de um viés biologizante. Nos anos seguintes, as práticas psiquiátricas ficam cada vez mais próximas de um programa de higiene mental, o qual usava de conceitos científicos para, não só propagar ideias eugênicas, como transformar a eugenia em a principal objetivo da liga.

A propagação das ideias da LBHM e a aceitação do ideal eugênico dialogavam muito com o momento em que o Brasil passava, pois, a elite brasileira estava atravessando um período conflitante com a abolição da escravidão, e suas consequências como a migração de escravos para cidade, industrialização, imigração entre outros. A república estava sendo colocada em cheque devido aos acontecimentos citados acima e por questões econômicas.

Para além das questões de saúde mental, as ideias higienistas traziam um ideal branqueador também para o âmbito do Estado. A elite branca acreditava que enquanto

Brasil fosse um país de mestiços e negros, a democracia não iria acontecer. Era necessário branquear o Brasil para que a democracia emergir.

Sendo assim, a elite brasileira vê nas ideias higienistas, atrelada a um biopoder (Foucault, 1988), uma justificativa e uma explicação em meio ao caos. Principalmente, sendo o ideal eugênico não apenas um projeto médico, mas também por conter cunho político.

Daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimento e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados. A medicina das perversões e o programa de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX. (FOUCAULT, 1988, p.112)

A suposta inferioridade do negro em relação aos brancos, sendo o segundo grupo apontado enquanto uma raça superior, é respaldada pelos ideais eugênicos e científicos para justificar a escravidão e a manutenção do privilégio branco da elite brasileira, após o período abolicionista e da proclamação da república (Silva, Almudi, 2004).

Todo esse malabarismo teórico para colocar a população negra às margens da sociedade é uma forma de racismo de Estado, onde setores da sociedade buscam apoio na ciência para manter o privilégio e justificar a exclusão de um grupo (Foucault, 1988).

Pensar numa hierarquia biológica, tendo negros e mestiços como seres biologicamente inferiores, trazia uma sensação de conforto e de explicação para as questões que assolavam o país, sem confrontar o sistema no qual a elite branca estava confortavelmente inserida.

Grandes teóricos do século XX, como Euclides da Cunha, eram grandes entusiastas dos ideais eugênicos e contribuíram de maneira ostensiva para a propagação dos preconceitos contra a sociedade brasileira que era majoritariamente de cor.

A partir de legitimação por setores da sociedade da propagação do ideal eugênico pela LBHM, começa uma implementação do projeto de branqueamento da sociedade brasileira, uma vez que a higienização social da raça seria apontada como a saída para controlar os problemas que o país enfrentava.

1.3- As reverberações da LBHM na psiquiatria brasileira

No início do século XX, as tendências da psiquiatria brasileira eram inspiradas na psiquiatria alemã. Sendo assim, suas práticas eram orientadas pela medicina organicista de Kraepelin. Como o modelo organicista de se produzir ciência vivia seu ápice nas primeiras décadas do século XX, era comum se produzir ciência a partir dessas teorias.

A teoria organicista dialogava muito com os ideais eugênicos e por isso era tão aceita pelos teóricos brasileiros. Henrique Roxo, grande nome da psiquiatria na época, promoveu estudos que utilizavam o conceito de hereditariedade como causa dos problemas mentais.

Henrique Roxo com seu estudo “Influência do regime alimentar na gênese do nervosismo”, reforça o papel da hereditariedade e apontam medidas eugênicas como a saída para o crescimento das doenças mentais que assolavam o país na época (Costa, 2007).

Entre os anos de 1929 e 1931, as ideias eugênicas avançaram ainda mais no país, ocorrendo, inclusive, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e posteriormente a criação da Comissão Central de Eugênia, na intenção de existir um órgão que controlasse e coordenasse as ações eugênicas no país.

Além dos discursos biológicos e psiquiátricos, os teóricos eugenistas se utilizaram das teorias psicanalíticas para validar suas ideias. Sendo o Brasil um dos primeiros países latinos a abordar a teoria freudiana, que passou a servir de argumentação e sustentava um tratamento higienista para um povo marcado pela miscigenação, o que, segundo teorias eugênicas, gerava um povo débil, uma sociedade fraca.

Os médicos higienistas absorveram a psicanálise como uma forma de complementar sua prática. Ou seja, eles usaram dos escritos freudianos e da teoria que elabora uma estruturação psíquica, para apoiarem suas práticas, porém sem se tornarem psicanalistas.

As ideias eugênicas e toda a propaganda eugênica realizada pela LBHM, com base em seus preceitos racistas, acaba por interferir diretamente nas questões raciais brasileiras do início do século XX.

A propaganda eugênica no país se intensifica no mesmo momento em que a psiquiatria alemã reformula as noções de eugenia e se aproxima do nazismo. Isso acaba transformando o ideal de eugenia que era propagado pela LBHM à época.

Com a propaganda eugênica intensificada, as tendências da LBHM se

direcionaram a propagar uma higienização mental e de raça, focando na saúde da raça e não do indivíduo. A partir desse momento, a posição da psiquiatria também muda, devendo o psiquiatra se posicionar enquanto eugênico antes mesmo de se apresentar como psiquiatra.

Alcoolismo, miséria, imigração, miscigenação racial, entre outras coisas, passaram a ser tratados como os principais focos dos eugenistas para construção de um país forte. Diversos discursos psiquiátricos são construídos e demonstram muito mais uma preocupação eugênica do que psiquiátrica. É nesse momento, também, que se intensificam os discursos racistas.

Essas questões passam a ser tão questionadas devido ao contexto moralista em que a LBHM se desenvolvia. Os psiquiatras eugênicos compartilhavam de ideias extremamente moralistas, propagando até normas dentro da liga para boas maneiras. Esse moralismo compartilhado pela liga tinha sim um contexto racial e de classes, uma vez que escritos comprovam que havia, para eles, diferenças entre o bom alcoolismo e mau alcoolismo, sendo o bom, aquele que era dos ricos, que bebiam em eventos da alta sociedade e festas, e o mau, dos pobres.

Todo esse moralismo propagado pelos psiquiatras da LBHM é respaldado pelo ideal eugênico e. Consequentemente, carregado de racismo. Essas ideias elitistas e preconceituosas propagadas pela liga fundamentam muitas questões raciais que se perpetuam até hoje no Brasil.

A questão racial brasileira se delineou de uma maneira extremamente peculiar. Devido a miscigenação, o intenso e extenso período de escravidão, para além da influência do catolicismo na construção da sociedade, criou-se um ambiente cultural favorável para propagação da ideia de que não existia racismo no Brasil.

Diferente da construção do racismo na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil não há demarcação hereditária. O lugar social que o indivíduo ocupa e a representação fenotípica são dois fatores que muitas vezes são utilizados para aproximar negros dos brancos. Mas isso é apenas uma construção social para sustentar a ideia de que vivemos uma democracia racial. O negro só é socialmente aceito quando seus traços são aproximados de traços brancos, o que é comum aos mestiços, fora isso, os negros são sempre sujeitos às margens da sociedade.

Esse ideal de democracia racial ¹surge no período republicano, uma vez que

¹ A teoria da democracia racial é de alcunha de Gilberto Freyre, que em sua obra “Casa Grande e

durante o período colonial as diferenças raciais nem questionadas eram. A superioridade branca, que era inquestionável durante a colonização e a monarquia, precisava ser garantida de alguma maneira no período pós-abolição. Uma vez que o indivíduo negro não só era livre, como também igual ao branco, segundo a democracia racial, era necessário romper com esse ideal. Por isso, foi criada uma hierarquização racial, uma espécie de arianização do Brasil, que mantinha o negro como inferior na casta biológica e racial.

Oliveira Viana, intelectual famoso durante o começo da república brasileira (Costa, 2007), apresentou um estudo onde a constituição étnica e psíquica do negro e do mestiço, seria inferior à do branco, porém havia a possibilidade de remodelação, caso houvesse uma miscigenação entre negros e brancos. Essa teoria embora racista, não excluía a possibilidade de miscigenação.

A teoria de Oliveira Viana defende a miscigenação como etapa de um embranquecimento racial da população, mas para isso apresenta ideia de que há uma hierarquização racial, onde quanto mais se aproximar da raça ariana, mais pura é a pessoa.

Nesse sentido podemos pensar o porquê de até hoje quanto menos traços negróides a pessoa apresentar, melhor aceita ela será socialmente.

1.5- As concepções de raça e mestiçagem a partir de Nina Rodrigues

Anterior as teorias eugênicas, o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, já apresentava ideais de raça e mestiçagem com base em teorias racistas. Nina defende em seus estudos os males da mestiçagem e apresenta uma classificação racial que vai do branco europeu mais puro, até o negro africano (Rodrigues, 2008) e nesse tópico irei explicitá-las.

O ideal de branqueamento da população se afirma enquanto medida governamental, principalmente no período pós-abolicionista e após a proclamação da República, o que fomentava uma preocupação ligada a imigração e a formação populacional brasileira.

Em 1890, estabelece-se um decreto que liberava a imigração de pessoas que não

Senzala” (1933), apresenta a ideia de que a colonização e a miscigenação no Brasil construiu uma sociedade mestiça e igualitária.

fossem oriundas dos países africanos ou asiáticos, que possuíssem capacidade laboral e não estivessem sendo processadas por motivos criminais (Neves, 2008).

O branqueamento partia do pressuposto de que a raça branca, ariana, era superior às outras, por isso a proibição de imigrantes não brancos. A classificação racial de Nina Rodrigues se pauta a partir da ideia de existência de raças puras, as primitivas, e das mestiças. As raças branca, negra e vermelha, seriam as raças puras, já qualquer cruzamento de indivíduos de raças diferentes, seriam considerados mestiços.

Diferente de outros teóricos que se dedicavam aos estudos classificatórios de raças, o médico maranhense, acreditava ser arbitrário e equivocado considerar todos os mestiços iguais, para Nina Rodrigues, havia diferenças cruciais entre os mais diversos tipos de mestiçagem.

Nina Rodrigues se dedica profissionalmente a estudar os efeitos da mestiçagem nos indivíduos e na sociedade. O médico tinha uma carga extremamente racista em seus estudos, chegando, inclusive, a declarar a raça negra enquanto raça inferior (Neves, 2008).

O médico maranhense alegava que raças inferiores eram marcadas pela violência, além da impulsividade, e assim, indivíduos com traços de raça inferior seriam marcados por esses conflitos, além de serem moralmente defasados (Neves, 2008).

Nina Rodrigues realiza em dois momentos distintos a classificação racial que norteia seus estudos. Em 1890, ele iria definir a raça branca como composta por europeus e seus descendentes sem misturas interracialis, mestiços que após uma certa quantidade de cruzamentos retornam geneticamente ao normal ariano; já a raça negra, para o médico, era formada pelos africanos chegados ao Brasil através do tráfico negreiro e descendentes desses africanos sem miscigenação; a raça vermelha ou indígena não consta nessa primeira classificação.

Em um segundo momento, em 1894, Nina Rodrigues apresenta a raça negra enquanto os africanos que ainda existiam no Brasil e os negros crioulos, resultado de miscigenação; a raça vermelha ou indígena, que agora constava na classificação do médico, era representada pelos nativos das florestas; a raça branca se apresentava através dos europeus, em sua maioria portugueses e italianos, os brancos não mesclados, latinos e brasileiros do sul da república.

Além dessa definição das três raças principais, Nina Rodrigues também se dedicou a definir os subgrupos raciais. No primeiro momento, ele descreve a existência de três subgrupos, os mulatos de primeiro sangue. os mulatos claros e os escuros. Quando

o médico realiza a nova classificação racial, incluindo os indígenas, ele também acrescenta mais definições raciais aos subgrupos, seriam eles os mamelucos ou caboclos, que é o resultado da miscigenação de indígenas com mulatos claros ou dos brancos com indígenas, e os curibocas ou cafuzos, que são o resultado da miscigenação de negro com índio, além dos pardos, que se enquadrariam enquanto mestiços complexos, algo relacionado a todas as três raças.

Nina Rodrigues, em suas publicações, se dedica a entender os efeitos da mestiçagem na constituição da população brasileira e deixa isso bem claro ao indicar sua preocupação ao definir a sub-raça parda, que para o autor, se apresentaria enquanto uma diluição dos sangues não se enquadrando em nenhum grupo de mestiços.

Essa construção de mestiçagem que o autor cunha, não se restringem a pesquisa médica e uma tentativa de classificar os indivíduos. Em 1894, Nina Rodrigues publica “As raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, obra na qual ele irá relacionar as mestiçagens com a criminalidade no Brasil, no intuito de defender a participação médica na justiça, para que o laudo médico passasse a compor a decisão jurídica ao definir a sentença de alguma pessoa que estivesse sendo julgada (Schwarcz, 2001).

As preocupações do autor, em sua maioria são de cunho racista, reforçam seus estereótipos preconceituosos apresentando uma preocupação a possibilidade de miscigenação entre negros e índios, gerando indivíduos moralmente fracos.

É através do conceito de degenerescência, conceito esse que sustenta a ideia de que um cruzamento genético entre raças diferentes pode colocar uma carga hereditária que seria responsável por problemas biológicos nos indivíduos (Foucault, 1988), que Nina Rodrigues vai confirmar a sua tese de que o cruzamento inter-racial será o responsável pela criação de indivíduos moralmente fracos.

2- O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E SEUS EFEITOS NA SUBJETIVIDADE DO NEGRO BRASILEIRO

Os tópicos apresentados no capítulo anterior, trazem as visões organicistas e de cunho biológico no que concerne as questões raciais e a constituição populacional brasileira, já neste tópico apresentarei a visão de Gilberto Freyre, teoria essa que está atrelada aos sentidos antropológico e sociológico.

No primeiro capítulo deste trabalho, apresento três concepções científicas que influenciaram e influenciam até hoje os preceitos médicos e as concepções de raça e sociedade brasileira. As ideias de mestiçagem do médico Nina Rodrigues, as ideias eugenistas que serviram de base para a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental

Neste capítulo, apresentarei os pontos de vista sociológicos da construção racial da sociedade brasileira, começando com Gilberto Freyre e a democracia racial. Como contraponto aos estudos de Freyre, apresento Abdias Nascimento e Florestan Fernandes, que se dedicam a criticar essa ideia docilizada e harmônica de construção social, a qual deixa intocados os conceitos relacionados a superioridade branca que reverberavam em violência aos negros e mestiços (Schwarcz, 2001).

É muito importante que desmistifiquemos essa ideia de democracia racial, porque não devemos considerar a ausência de conflitos diretos entre raça, como um afirmador de boa relação (Schwarcz, 2001).

Num país com dimensões continentais como nosso, que se constituiu a partir de três séculos de escravidão de outros povos, é muito importante perceber que essa falsa ideia de democracia racial não só afeta as constituições fenotípicas dos brasileiros, mas fomenta diversos mitos paralelos. Essas questões têm consequências na empregabilidade, na construção das políticas públicas, no padrão estético que será repercutido pela mídia e principalmente afeta diretamente a saúde mental daqueles sujeitos que ficarão a margem da sociedade.

Acredito que revisitar a história é muito importante para construção desse trabalho, principalmente por toda construção da nossa nação, uma vez que a partir dessa constituição baseada na escravidão e dizimação dos povos, é óbvio que ficam marcas explícitas e subjetivas em nossa história e isso reflete em nós enquanto sujeitos sociais.

Relacionando os efeitos da democracia racial com a subjetividade do sujeito negro são relevantes as ideias de Neusa Santos Souza², que em sua obra “Torna-se Negro” (1983) apresenta a constituição do ideal de eu do negro enquanto oriundo do ideal de eu do branco.

Através da experiência pessoal enquanto mulher negra e de sua formação psicanalítica, Neusa busca construir em sua obra, uma narrativa do racismo do ponto de vista do negro para o negro.

Nessa obra, a autora procura romper com a ausência de estudos psicanalíticos acerca da temática racial. Esse livro se apresenta enquanto um material de extrema importância, não só por ser pioneiro em questões raciais, além de ser escrito por uma mulher negra, mas também a importância da pesquisa ali realizada e de fornecer a nós, profissionais de psicologia, um material teórico tão raro, porém extremamente necessário, uma vez que nos traz questões fundamentais da constituição psíquica daqueles sujeitos marcados pelo racismo.

Outra obra importante como referência para entender os efeitos do racismo na subjetividade dos negros, é “Peles Negras Máscaras Brancas”(1952) do francês Frantz Fanon. Embora a primeira edição da obra tenha sido lançada em 1952, mais de 60 anos depois, ela ainda é considerada extremamente atual, além de necessária para que pensemos o quanto o racismo está entranhado em nossas relações pessoais e institucionais.

Em um país onde a cor se estabelece no dia a dia e o racismo é sempre algo de uma outra ordem, ele é sempre tido como algo do outro, dificilmente as pessoas assumem suas atitudes racistas e isso acaba interferindo nas dimensões intrapsíquicas dos sujeitos, sendo assim, considero as obras de Fanon e de Neusa extremamente necessárias para pensarmos, dentro da psicologia, as questões raciais. São obras que mostram o quanto o efeito do racismo marca a formação psicológica do negro e como toda a constituição da nossa sociedade, seja no âmbito profissional, afetivo, estético, entre outros fatores, estão atreladas a uma superioridade branca.

2 Neusa Santos Souza foi uma psicanalista negra e baiana, autora da obra “Tornar-se Negro” e pioneira nos estudos que relacionam os efeitos do racismo no funcionamento intrapsíquico do negro brasileiro <https://www.geledes.org.br/tag/neusa-santos-souza/>

2.1- A democracia racial de Gilberto Freyre

A primeira edição de “Casa Grande e Senzala” foi publicada em 1933, época em que as teorias raciais eram pautadas, principalmente, através de conceitos médico científico. Nessa obra, Gilberto Freyre, se propõe a apresentar os efeitos da estrutura colonial de casa grande e de senzala no Brasil (Cardoso, 2003).

O autor faz uma análise voltada para os aspectos sociológicos da organização social da população brasileira. Ele estabelece um paralelo entre o sistema escravocrata de casa grande e de senzala que ocorreu por muito anos no Brasil. (Freyre, 2003)

Nessa obra, o autor apresenta a construção da família patriarcal brasileira, estabelecendo uma relação entre o senhor do engenho da casa grande e o negro da senzala. Seu estudo narra essa construção histórica de uma maneira extremamente sexualizada, inclusive, é a partir da erotização dessas relações que ele sustenta suas ideias de construção de uma brasilidade (Apud Cardoso, 2003).

Em “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre se apresenta enquanto um representante de uma espécie da sociologia da casa grande e não mostra a intenção de romper com esses ideais racistas de uma relação docilizada e saudável nessa construção da sociedade, que é pautada pela democracia racial (Fernandes, 1984).

Para Freyre, essa estruturação social foi fundamental para a construção do Brasil e teve efeitos muito positivos, uma vez que através desse processo de colonização, o Brasil se tornou um país multicultural e racial.

A miscigenação, tão demonizada para outros setores da sociedade, para Freyre, era tida como positiva. Era através das relações sexuais e da sexualização dos corpos que ocorria essa miscigenação, assim ocorrendo uma espécie de harmonização entre os setores da sociedade (Freyre, 2003).

Enquanto médicos eugenistas propagavam a mestiçagem como um enorme problema para a construção da sociedade brasileira, Freyre, via nela uma possibilidade de uma sociedade miscigenada com características fundamentais de ambas as raças que construía o Brasil

Em seu estudo etnográfico, o autor apresenta minuciosamente os efeitos da colonização e da miscigenação para a construção do Brasil a partir de uma ideia docilizada da relação escravocrata que formou o Brasil.

Essa ideia docilizada e falsamente pautada na harmonia, oriunda de uma hipersexualização da população, norteou e norteia, até nos dias atuais, a ideia da construção da

sociedade brasileira. Cria-se uma ideia no imaginário social de que a miscigenação se deu de forma tranquila e pacífica, e conseqüentemente gera uma sensação de que somos todos miscigenados, logo somos iguais, não há diferença nos processos de subjetivação entre negros e brancos. Assim, é chamada por diversos teóricos e intelectuais, de democracia racial.

Com o intuito de construir a narrativa da democracia racial e de consolidá-la, símbolos que eram ligados a cultura africana e por anos foram demonizados e até criminalizados, como o caso da capoeira e do samba, foram transformados em importantes signos de brasilidade (Schwarcz, 2001).

O malandro brasileiro, aquele que geralmente era representado como um homem negro ou mulato que não queria trabalhar, apenas farrear, também entrou nessa dança de brasilidade e virou até desenho, o Zé Carioca, representado por Walt Disney (Schwarcz, 2001).

Essa apropriação de representações e transformá-las em símbolos da brasilidade foi um movimento muito importante para que a cultura incorporasse as ideias de democracia racial e, assim, a população fosse se acostumando com a construção da sociedade racialmente igual.

Embora existissem movimentos para que a ideia de democracia racial se instaurasse na sociedade, a obra de Freyre não se propõe a criticar, nem a mudar questões estruturais da sociedade, a prova disso que questões relacionadas a superioridade e inferioridade racial permanecem intocadas ao longo de sua obra.

Nesse sentido, temos Abdias Nascimento, autor que apresentarei na seguinte sessão, enquanto um forte contraponto de Freyre.

2.2- Abdias Nascimento e a crítica da democracia racial

A história do Brasil é marcada por exploração e escravidão. A começar com a ideia falaciosa de descobrimento do Brasil em 1500, sendo que já havia nativos habitando essa região. Quando os portugueses aqui chegaram, apenas começava o longo período de exploração da nossa natureza e dizimação da nossa população nativa.

Ao pensarmos na colonização brasileira, é natural que lembremos da exploração que os portugueses aqui fizeram. Milhares de negros e índios foram explorados, dizimados e tiveram suas culturas criminalizadas nesse país. Como podemos pensar numa convivência harmoniosa, além de um desenvolvimento similar entre negros, índios, mulatos e brancos, se há uma enorme diferença entre os processos de desenvolvimento desses povos? E como realizar isso sem uma reparação história e sim com uma ideia de que somos todos iguais, uma falsa sensação de similaridade, porém vendo que a realidade é completamente diferente do que a branquitude diz haver?

Além da exploração indígena, vivemos, aproximadamente, 300 anos de escravidão dos negros africanos e fomos o último país das Américas a abolir a escravidão (Schwarcz, 2001).

“A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (Nascimento, 2016, p.57). Toda essa exploração que custou sangue, suor e vidas negras, reverbera até hoje em nossa construção social e psíquica.

Por conta desse período escravagista, o Brasil é a maior diáspora africana no mundo e, conseqüentemente, nossa população é fortemente descendente de africanos que para cá vieram ser explorados. Segundo o censo de 2016, realizado pelo IBGE, 52% da população brasileira é composta por pretos e pardos.

Embora sejamos maiores em número populacional, nós negros, ainda temos nossa existência atrelada e subjugada a existência do branco. Padrões estéticos, culturais e hábitos, referenciados a cultura negra, de origem africana, são rechaçados sob a ótica de um racismo velado e quando é apontado o preconceito, prontamente esses comentários são rebatidos com a ideia de uma questão de gosto e preferências, além de haver sempre uma desculpa que não há racismo no Brasil, uma vez que somos todos iguais.

Abdias Nascimento é um dos intelectuais que rebate fortemente a ideia de democracia racial, ideia de que aqui podemos desconsiderar as questões raciais, e que a população brasileira é um exemplo de combate ao racismo e que convive harmonicamente no que diz respeito às questões raciais (Nascimento, 2016).

Para Abdias, no Brasil não podemos desconsiderar que todo o indivíduo é marcado pela raça, que é apresentada fenotipicamente e representa sua origem étnica (Nascimento, 2016).

Gilberto Freyre é um dos alvos principais das críticas de Nascimento, que alega a

existência de uma ciência muito empenhada em reforçar os estereótipos raça.

Há alguns “cientistas” que de fato ajudam construir toda uma carreira com a fabricação de novos eufemismos desse porte. Um dos exemplos mais convincentes se encontra no internacionalmente famoso historiador Gilberto Freyre, fundador do chamado *lusotropicalismo*, a ideologia que tão efetivos serviços prestou ao colonialismo português. (NASCIMENTO, 2016, p. 49)

Para Nascimento, essa visão lusotropicalista de Freyre, só fortalece um pensamento colonialista, que é sustentado através de

Eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo *morenidade*; não se trata apenas de ingênuo jogo de palavras, mas sim de uma perigosa mística racista, cujo o objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente [...]. (NASCIMENTO, 2016, p.49)

Os efeitos desse lusotropicalismo e do fortalecimento dessa ideia de democracia racial se põe de maneira extremamente nociva em nossa constituição social. Eles reverberam enquanto diversas formas de discriminação racial, num racismo velado, porém extremamente cruel, que parece ser intrínseco ao brasileiro.

Os eufemismos e as falácias argumentativas utilizadas por Gilberto Freyre, causam danos irreparáveis às nossas estruturas sociais. A partir dessa ideia de harmonia entre as raças, o racismo se instaura de maneira silenciosa e disfarçada. Essas análises Freyrianas apenas fomentam a implementação de um ideal de branqueamento.

Para comentar os efeitos das ideias de Freyre na nossa sociedade, Abdias Nascimento recorre a Frantz Fanon, que apresenta com maestria, as consequências desse racismo velado que circunda essa suposta democracia racial, em nossa sociedade.

Nessa etapa, o racismo não se atreve mais a aparecer sem disfarce. Ele está inseguro de si mesmo. Em número sempre crescente de circunstâncias, o racista se esconde. [...] O propósito do racista já se tornou um propósito assombrado pela má consciência (apud FANON, 2016, p. 52)

Embora essa teoria de democracia já tenha sido apresentada enquanto uma falácia, até mesmo um mito, e contestada por diversos intelectuais, ela ainda persiste entranhada no imaginário do brasileiro.

Casos de racismo amplamente divulgados pela mídia, como o ocorrido com o jogador Daniel Alves em 2014³ são exemplos de como essa ideia da democracia racial está incrustada em nossa sociedade. Os casos divulgados pela mídia geralmente promovem uma enorme comoção na sociedade e um movimento contra aquele caso em específico, mas dificilmente vemos campanhas que promovam uma mudança estrutural no que diz respeito a atitudes racistas.

Essa incapacidade brasileira de realizar mudanças estruturais para combater o racismo se deve ao tabu que se formou no espectro racial no Brasil. É o que Abdias Nascimento acredita ser uma característica intocável e um campo minado da nossa sociedade como uma espécie de norma de etiqueta, que nos proíbe questionar essa ideia enquanto sociedade, o que reverbera nesta dificuldade de se discutir e um enorme esforço social para que se mantenha assim (Nascimento, 2016).

Sendo assim, acredito que enquanto a sociedade continuar reforçando esses estereótipos de democracia racial, os sujeitos negros continuarão sofrendo com racismo velado, o que reverbera num sofrimento psíquico de uma ordem que por diversas vezes não pode ser compreendida, já que não conseguimos romper com essa lógica falsa da harmonia.

2.3: Florestan Fernandes e o racismo à brasileira

Assim como Abdias Nascimento, o sociólogo Florestan Fernandes foi outro intelectual que fez ferrenhas críticas a ideia Freyriana de democracia racial. Na tentativa de apontar as falácias da teoria de Freyre, Fernandes aponta uma tolerância racial, que funcionava como uma norma oculta em que se separavam os grupos da sociedade, mas tudo ocorria de uma forma velada (Schwarcz, 2001).

Essa norma velada que operava a sociedade brasileira, somada ao que Florestan Fernandes chamava de “um preconceito de afirmar preconceito”, uma forma bem peculiar

³ Em 2014, o jogador Daniel Alves foi alvo de atitudes racistas enquanto estava em campo pelo time do Barcelona. O caso gerou uma comoção internacional e foi o precursor da campanha #somostodosmacacos que foi amplamente aceita por diversos setores da sociedade. A repercussão e a forma como o caso foi conduzido é um enorme exemplo de como é discutido o racismo estrutural no Brasil. <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2014/04/daniel-alves-somos-todos-humanos.html>

de ser racista, porém sem avaliar e reconhecer as atitudes enquanto discriminatórias, resultou no racismo à brasileira (Schwarcz, 2001).

O racismo à brasileira é um fenômeno cultural que reverbera em diversos setores da nossa sociedade e é muito particular por conta de todo o nosso processo de colonização (Schwarcz, 2001). Ele funciona de forma velada, delimitando os espaços sociais em que transitamos e influencia aspectos fundamentais da nossa formação pessoal e principalmente na nossa constituição psicológica.

O racismo à brasileira se sustenta porque na nossa sociedade há um enorme preconceito de se ter preconceitos, o que Florestan Fernandes apresenta como se o ato preconceituoso fosse muito mais vexatório para quem o comete do que ofensivo para quem o sofre. Para o autor, essas atitudes são consequências da influência católica e das normas sociais vindas do período colonial.

Esse modo de racismo brasileiro e todo esse ideal de democracia racial está tão arraigado em nosso imaginário social que nem nos damos conta do quanto os negros são excluídos em todos os âmbitos da sociedade, inclusive no jurídico. Apenas na nossa recente constituição, em 1988, que racismo passa a ser tipificado enquanto crime inafiançável (Schwarcz, 2001), mas ao longo da lei vemos o quanto fica confuso definir os casos de racismo e há uma enorme burocracia em torno deles, para que sejam legitimados (Schwarcz, 2001).

O racismo à brasileira é um produto dessa ideia de democracia racial que só servia, quando criada, para agradar senhores e confortar os brancos, e na atualidade fomenta a manutenção do privilégio branco, que se ampara na ideia de sermos todos iguais e não se convoca a mudar questões estruturais na nossa sociedade. Enquanto isso, o sistema desigual se mantém, pois há uma enorme desvantagem social e estrutural entre negros e brancos.

Em 1965 o autor lança “A integração do negro na sociedade de classes” e nessa obra se propõe a desconstruir o mito de democracia racial.

Nessa obra, o sociólogo apresenta a problemática questão racial e os processos responsáveis pela marginalização da questão de cor no Brasil e questiona o porquê de haver uma supremacia branca nos aspectos econômicos, sociais e políticos (Claudino, 1973).

É importante pensarmos nessa expressão de racismo ligada a classe, primeiro por ser muito raro ver negros ocupando posições de destaque e grande representatividades,

seja no meio empregatício ou até cultural, e quando vemos, há sempre uma tentativa de embranquecê-lo.

A expressão “raça social” existe para explicar casos como ocorrido com uma professora da USP no censo de 1980, quando o entrevistador automaticamente preencheu sua raça como branca e ela ao questioná-lo, dizendo que se enquadraria enquanto negra ou parda, o censitário disse que por ela ser professora da USP, presumiu a branquitude dela (Schwarcz, 2001).

A pesquisa realizada pelo sociólogo com 3 grupos distintos compostos por cidadãos negros da cidade de São Paulo, apresenta como a não integração do negro na sociedade está atrelada também a falta de empregabilidade para os sujeitos negros (Oliveira, 2014).

A intenção do autor nessa pesquisa não era apenas fazer um mero experimento, algo que soasse apenas como um laboratório, onde esses sujeitos agissem de maneira muito distintas a sua vida normal. Nesse sentido, foram observados contextos raciais, sociais, de relação interpessoal e econômicos dos indivíduos (Oliveira, 2014).

Enquanto Abdias Nascimento elabora sua crítica pautada na questão racial como uma consequência do período escravagista e a discriminação apenas no contexto racial, Florestan Fernandes estabelece suas críticas com base nas questões de classe, sendo assim para o autor, além de vivermos a falsa democracia racial, as questões de exclusão dos negros não eram um produto só de questões raciais, mas um somatório da combinação de raça e classe.

Durante o livro, o autor atrela a vida marginal do negro, não só a escravidão, mas também ao capitalismo e a expansão urbana. Sem uma reparação financeira e social, os negros continuavam a reproduzir uma cultura provinda do período da escravidão (Claudino, 1973).

Em um dos capítulos do livro, Florestan Fernandes questiona o fato de haver uma enorme diferença social entre negros e brancos, reforçando as estruturas sociais que perduravam desde o período colonial escravagista, mesmo tanto tempo depois da abolição e aponta esse fato como um dos pontos que demonstram a falácia da democracia racial (Claudino, 1973).

Para exemplificar essa conceituação de Florestan Fernandes, recorro a Carolina Maria de Jesus⁴ e sua obra “Quarto de Despejo- Diário de uma favelada” (1960), na qual

⁴ Carolina Maria de Jesus era uma catadora de lixo que vivia na favela do Canindé, no estado de São Paulo

a autora narra sua vida e de seus filhos na favela do Canindé, no estado de São Paulo, e suas narrativas são atravessadas pelas questões raciais, além de todos os efeitos da miséria.

Em algumas passagens do livro, que a autora apresenta em forma de diário, Carolina narra situações de conflito entre os moradores da favela e transparece o quanto o racismo e o machismo estão presentes naquele território.

Ao escrever esse diário, a autora mostra seus desejos de sair da favela e a importância que dá ao acesso à educação. Por diversas vezes, deixa claro o seu desejo de se tornar escritora, mas sente sempre uma resistência por conta da sua cor.

... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

- É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado⁵ que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (DE JESUS, CAROLINA MARIA, 2018,P.64).

Esse questionamento me convocou a pensar em como essa estrutura colonial ainda reverbera na nossa sociedade brasileira até os dias de hoje. Além de perceber o quanto isso ainda é presente, os efeitos dessa exclusão são nocivos à saúde mental da população negra, que tem que conviver com a discriminação, o racismo e as diferenças.

2.4- Peles Negras, Máscaras Brancas: Frantz Fanon e os impactos da colonização na subjetividade do negro colonizado

Frantz Fanon é um psiquiatra negro, nascido na ilha da Martinica em 1925, ilha essa que era colonizada pela França. A influência francesa interfere na criação e consequentemente nas suas obras e em sua formação profissional.

O livro “Peles Negras, Máscara Brancas” tem sua primeira edição publicada em 1952, dois anos após ela ter sido escrita. Esta obra é escrita por Fanon como sua tese de doutorado em psiquiatria, porém é barrada por seu orientador, que alegava ser inconsistente e não apresentar bases físicas e fisiológicas para o sofrimento psíquico, o

e ficou conhecida pela sua obra “Quarto de Despejo- O diário de uma favelada” lançado em 1960 <https://www.geledes.org.br/tag/carolina-maria-de-jesus/>

⁵ Os editores do texto optaram por preservar a escrita de Carolina Maria de Jesus

que fez com o que o autor tivesse que realizar um novo escrito que dialogasse com as bases positivistas da época (Fanon, 2008).

Com “Peles Negras, Máscaras Brancas” Fanon ocupa um lugar de extrema importância nas publicações antirracistas, uma vez que essa obra é pioneira ao falar das relações raciais e coloniais e seus efeitos subjetivos e intrapsíquicos. A pesquisa de Fanon não se restringe aos sujeitos negros, mas também podemos ver os efeitos da estruturação social racista, nos sujeitos brancos (Fanon, 2008).

Há, na época de seu lançamento, uma resistência ao livro, uma vez que Fanon não apresenta o racismo como problema central e sim as pessoas negras enquanto a problemática da obra.

O resultado é, como Fanon subseqüentemente argumentou, uma exigência neurótica de que os estudos sobre o negro pudessem existir se houvesse acordo de que o negro não exista. O mesmo se aplica ao pensamento negro (Apud GORDON, 2008, p. 14)

A narrativa decolonial e antirracista trazida no livro, é construída através do ponto de vista do negro oprimido. Fanon busca apresentar as constituições psíquicas e de identidade do negro, mas tentando separar das ideias estereotipadas que eram construídas pelos brancos.

Embora a obra de Fanon reflita as condições do negro na colonização francesa, há muitas semelhanças nas influências das colonizações nas sociedades através do mundo.

O autor entende que racismo e colonialismo devem ser entendidos enquanto modos de ver e produzir sentido na existência e que a existência do sujeito negro é produzida por estar sempre atrelada aos efeitos do racismo e da colonização.

Esses efeitos geram no negro a ideia de existência ilegítima. Essa ilegitimidade se dá porque a construção de uma identidade negra é promovida através da branca, fazendo com que, inclusive, muitos negros produzam discursos racistas (Fanon, 2008).

A dominação presente no colonialismo é outra forma que fomenta essa falta de legitimidade. Os signos culturais e até mesmo a língua materna dos sujeitos são expropriadas, fazendo com que ele não se reconheça e também despreze aquilo que vem da sua ancestralidade, já que sempre é visto como algo ruim.

Ao negarem sua cultura e suas descendências, é comum ao negro buscar na branquitude suas referências, e por diversas vezes, tornar isso um racismo entre negros. O que, para Fanon, é uma forma de viver em busca de reflexos brancos, um narcisismo em que o negro se reconhece apenas nos aspectos que deseja, vê aquilo apenas o que

consegue sustentar. Mas essa forma de narcisismo não é restrita aos negros, o sujeito branco ao não se assumir e reconhecer enquanto racista, embora haja enquanto um, também é uma forma desse narcisismo.

Como efeito dessa colonização e da ilegitimidade do ser negro, há uma patologização dos sujeitos não brancos. Para além disso, a criação de um estereótipo negro que flerta com uma linha tênue entre o normal do branco e patológico, sendo o preto mais próximo da patologia. Isso reflete numa dificuldade em pensar uma psicologia a qual acolha e abarque as questões do negro, sem que ele seja visto como anormal.

Para que se rompa com a lógica da patologização, é necessária a busca de uma liberdade, liberdade essa que se conquista expondo-se ao mundo do outro e se reconhecendo, mas para Fanon, negros ainda estão fixados a uma ideia de mundo e reconhecimento que vem do branco, e a conquista dessa liberdade gera sofrimento, pois é preciso um auto-reconhecimento que só vem a partir do ponto de vista do outro.

A luta antirracista não é para que o negro seja esse Outro e sim para que haja um reconhecimento enquanto eu e assim o negro possa fazer parte da dialética Eu e o Outro.

Embora paute no processo francês de colonização, os efeitos dessa estruturação social no funcionamento intrapsíquico do negro colonizado pela França, dialoga muito com os efeitos da democracia racial no Brasil, que fez com que os descendentes e miscigenados tivessem sua subjetividade atrelada a um ideal branco.

2.5- Tornar-se Negro: rompendo com o ideal de branquitude na psicologia

Todos os anos de escravidão e exploração negra, além da exclusão sofrida durante esses anos e depois, em consequência deles, geraram e ainda geram impactos sobre a saúde mental dos negros. Quando sua cultura é marginalizada e sua existência sempre foi atrelada ao perigo, ser negro pode se tornar um sofrimento, além de dificultar uma identificação com sua ancestralidade, dificultando o processo de reconhecimento e de subjetivação.

Muitas questões que marcam os processos de subjetivação do sujeito negro, acarretam em um sofrimento psíquico de uma ordem desconhecida ao sujeito branco. Infelizmente, a formação profissional dos psicólogos ainda é muito eurocentrada. Mesmo o Brasil sendo um país de maioria negra, nossa constituição intelectual e científica também é afetada pelo mito da democracia racial, então por diversas vezes, os psicólogos

e a psicologia não conseguem sustentar o sofrimento psíquico dos sujeitos marcados pelo racismo.

Em 1983, a psicanalista negra Neusa Santos Souza apresenta a primeira edição da sua obra “Tornar-se Negro”. Nessa obra, Neusa busca trazer os embaraços de identificação dos negros em ascensão social no Brasil.

A construção dessa obra é pautada na vontade de Neusa construir um discurso negro voltado para o negro, sem distorções e apropriações de discurso. “Este livro apresenta meu anseio e tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade.” (Souza, 1983, p.17)

Nos 35 anos que separam a primeira edição, lá em 83, até hoje em 2018, muitas coisas mudaram no cenário da psicologia e nas questões que tangem a negritude, mas a pesquisa de Neusa ainda se faz muito pertinente.

O prefácio dessa primeira edição, muito sensivelmente escrito por Jurandir Freire Costa, narra a experiência do racismo como uma violência que interfere em diversas ordens do funcionamento psíquico do negro. Para Costa, não podemos discutir as implicações de ser negro no Brasil, sem falar de violência que é o principal problema do racismo, porque ser negro é ser violentado desde que chegou ao Brasil da maneira literal, e na atualidade, não só da maneira literal, mas como também de forma simbólica.

O racismo é a forma odiosa em que essa violência se apresenta e que faz com que os negros se submetam a situações de desumanidade que reverberam em toda sua existência e constituição psíquica.

Essa violência simbólica, para autora, acontece de maneira intrapsíquica

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. (SOUZA, 1983, p.3)

A partir dessa dinâmica, cria-se um abismo onde o sujeito negro coloca suas expectativas de realização e felicidade, porém não há mecanismos psíquicos, biológicos e culturais que sustentem esses desejos.

Segundo a autora, o Ideal de Ego do negro se diferencia do Ideal de Ego do branco por não seguir as regras normativas e os estruturantes. Ao contrário do branco, no negro, o Ideal de Ego não se constitui a partir das perspectivas do olhar e do desejo agente

ocupado pela função materna, nem pela perspectiva infantil sobre a visão corporal (Souza, 1983).

Essas diferenciações reverberam em diversos aspectos e processos de constituição intrapsíquica do negro.

Neusa apresenta a construção da emocionalidade como uma das formas de criar uma identidade social do negro, estabelecendo um paralelo com a ascensão social do negro enquanto grupo. Para a autora, a construção social dessa emocionalidade se dá a partir da dinâmica no campo dos afetos e tentando romper com o lugar social e econômico do negro colocado pelo branco, que perdurava desde o período colonial.

Essa construção branca do lugar social do negro vinha desde a época do Brasil colônia, quando o africano era traficado até aqui para ser escravizado. O negro africano quando chega no Brasil, passa a ser um só, tendo sua ancestralidade, sua história e sua individualidade desrespeitada, todos viram uma raça só.

Convém explicitar que aqui raça é entendida como noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição na estrutura de classes. Apesar de estar fundamentada em qualidades biológicas, principalmente a cor da pele, raça sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social. (SOUZA, 1983, p.20)

Convinha a ordem escravocrata demarcar a posição social do negro enquanto raça inferior, afim de justificar a exploração. Quando o Brasil passa a ser uma sociedade capitalista, a manutenção dos privilégios da elite branca se torna um dos principais motivos para que essa ordem racial não se altere.

No Brasil, país que sempre foi uma sociedade racista, embora multirracial, manter essa categoria entre os povos era muito interessante para que houvesse diferenciação e uma separação dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classes (Souza 1983).

Essa diferenciação racial do período colonial se transformou num embranquecimento da população nos primeiros anos da república e com o passar do tempo, começam a surgir as ideias de democracia racial.

Com o passar dos anos, houve tentativas de extinguir essas barreiras de cor e de segregação racial, e essas tentativas foram sustentadas pela democracia racial. Mas como reverter anos de escravidão e exploração de negros, índios, mulatos e mestiços e privilégio branco?

Além de contar com uma ideia de apaziguamento da história, o mito da democracia racial fomentava um caráter individual na capacidade de conquistar feitos.

Por conta desse histórico racial e de construção social, a história de ascensão do negro fica atrelada a uma imagem embranquecida, ela é construída a partir dos padrões brancos de relação.

A obra de Neusa é construída por entrevistas com pessoas negras narrando experiências das suas vidas. Por diversas vezes, podemos ver discursos em que a pessoa não aponta racismo em suas experiências individuais e em alguns casos, os entrevistados colocam no plano individual suas conquistas, sem considerar seus contextos sociais e os de outros negros.

Isso é um reflexo desse mito da democracia racial na construção psíquica dos negros, que não só interfere na constituição da sociedade, mas também faz com que a dinâmica intrapsíquica do negro seja toda formada a partir de um referencial branco, ignorando as especificidades de sua raça e ancestralidade.

É muito importante entendermos que o negro que ascende socialmente no Brasil não nega sua negritude, pois não há uma identidade positiva negra a que possa ser negada ou valorizada.

É que, no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. (SOUZA, 1983, P.77)

Para que haja uma identificação com seus traços, é preciso tomar consciência de que suas características e sua história, porque ser negro não é uma condição dada, antes de mais nada o sujeito precisa tornar-se negro (Souza, 1983).

Tornar-se negro, portanto, ou consumir-se em esforços por cumprir o veredito impossível –desejo do Outro- de vir a ser branco, são as alternativas genéricas que se colocam ao negro brasileiro que responde positivamente ao apelo da ascensão social. (SOUZA, 1983, P.77)

A tarefa de construir uma identidade negra é uma tarefa política e de muito custo para os sujeitos, é preciso que se rompa com os ideais e as construções de imagem tanto pessoais, quanto familiares que nos dão respaldo e segurança intrapsíquica, porque elas são construídas através de um ideal de branquitude.

3- PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS

A psicologia foi regulamentada enquanto profissão no Brasil em agosto de 1962, através da Lei nº 4119/62, mas antes de ser estruturada legalmente como profissão, ela já vinha se estabelecendo no país desde a época colonial até o Brasil republicano, porém de uma maneira científica, utilizada pelos psiquiatras, depois foi se atrelando aos processos educacionais, através dessas passagens, as práticas foram ficando mais autônomas e a psicologia passou a ser reconhecida enquanto profissão, mas só nos anos 70 que surge o CFP, para regulamentar a unificar as práticas profissionais (Soares, 2010).

Por muitos anos, a psicologia brasileira esteve atrelada aos estudos médicos psiquiátricos de cunho eugenista e servia como respaldo para práticas racistas, além de legitimar as ideias de cunho moral, que sempre representavam os negros enquanto bêbado e vadios.

Como a psicologia só foi regulamentada no início dos anos 60, a profissão emerge durante os anos em que o país vivia a ditadura militar⁶ e surge enquanto profissão majoritariamente liberal, abrindo espaço para os consultórios privados.

Nesse contexto, a prática ficou atrelada apenas ao sofrimento na esfera individual do sujeito, principalmente por na época não haver um sistema de saúde universal e contar com uma defasagem de políticas públicas que promoveriam bem-estar social, então a psicologia até hoje carrega um estigma de algo individual, onde nós, enquanto psicólogos, não deveríamos falar de política.

Esse estigma que circunda a prática do psicólogo é reforçado com a teoria de que ciência e política são campos distintos (Benevides, 2005), que não se cruzam, mas como se fazer uma prática apolítica, se todo sujeito é produto da soma dos fatores de uma sociedade e isso é político?

A forma subjetiva, o sujeito, é produto resultante de um funcionamento que é de produção inconclusa, é heterogenético, nunca havendo esgotamento total da energia potencial de criação das formas. É por isso que dizemos que a subjetividade é plural, polifônica sem nenhuma instância dominante de determinação (BENEVIDES, 2005, P.3)

Sendo o Brasil, o país com a maior diáspora africana e que resultou em

⁶ Durante os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu sob um regime de ditadura militar, que resultou em anos sangrentos e de extrema censura no país.

aproximadamente 300 anos de escravidão negra, há inegáveis efeitos dessa discriminação na psique do negro brasileiro e a psicologia deveria se atentar às questões psicológicas e subjetivas que se sucederam na população negra e seus descendentes por conta de tanto sofrimento.

3.1- O lugar da psicologia frente as questões raciais

Durante muito tempo a psicologia serviu de respaldo para a manutenção de uma cultura discriminatória, operando enquanto uma forma de validação das teorias eurocêntricas que não dialogavam com a realidade brasileira (CFP, 2017).

O racismo está instaurado na cultura brasileira e se apresenta de diversas formas, seja da maneira mais explícita até da forma mais velada. Como o mito da democracia racial influencia até hoje a nossa sociedade, fazendo com que não falemos de racismo, fingindo que as diferenças raciais não existem, o racismo velado é a forma mais comum de representação dessa discriminação.

O racismo (e o sexismo) se expressa em diferentes situações- na forma de morrer, na possibilidade de estudar, de ter ou não trabalho e moradia dignos, na possibilidade casar...- todos causam sofrimento psíquico e impedem a mobilidade social do (a) negro (a) (CFP, 2017, P.15)

Dessa forma, podemos pensar que no Brasil, não há um sujeito que não tenha experimentado o racismo durante a sua vivência, seja como vítima ou ator da discriminação, então a psicologia tem um papel muito importante para pensar essas relações e nas consequências da discriminação, além de ter muito a contribuir no conhecimento antirracista e de promover uma prática promotora de saúde para os negros (Carone, Bento, 2002).

Nesse sentido, a psicologia enquanto ciência responsável pela promoção de cuidado em saúde mental dos sujeitos, deveria promover formas de se pensar esse cuidado de uma maneira que abarque aqueles marcados pelo racismo.

Neusa Souza Santos se torna pioneira em 1983 com sua obra “Tornar-se Negro” e de lá para cá, temos avançado de maneira ainda lenta nos estudos sobre as questões raciais.

Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento são as organizadoras da obra “Psicologia Social do Racismo- Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil” que foi lançado em 2002 e reúne artigos de autores que pensam os efeitos do racismo e

das relações raciais na psique dos sujeitos brasileiros.

Com prefácio de Kabengele Munanga, nesse livro podemos ver avanços nos estudos da psicologia acerca das questões raciais e os efeitos da colonização e da prevalência de um saber eurocêntrico nas questões brasileiras.

É muito importante que a psicologia se atente aos efeitos do racismo à brasileira na constituição da saúde mental dos sujeitos negros e o quanto a peculiaridade da nossa colonização, além da importância dada a miscigenação na nossa sociedade (Carone, Bento, 2002).

O branqueamento é uma das formas de representação desse racismo à brasileira e se mostra enquanto um estruturante psíquico na formação do sujeito negro brasileiro, porém a partir de algumas perspectivas, ele é visto enquanto um problema do negro e não como uma forma que molda e reforça comportamentos racistas e de apagamento da identidade negra (Carone, Bento, 2002).

Para as autoras, é necessário que os privilégios brancos sejam discutidos e que as diferenças entre negros e brancos, mesmo que em condições semelhantes, sejam apresentadas, porque negar essas diferenças, é uma forma de mantê-las e assim continuaremos nesse regime em que o negro é discriminado e marginalizado.

Até hoje o Brasil não discute sua história, principalmente no que diz respeito a escravidão e seus efeitos. Vivemos sob a ótica de sermos iguais, negando as diferenças e a desigualdade oriunda desse período que colocou o negro numa posição inferior.

Essa prática de não discutir as diferenças fomenta a desigualdade e oferece um respaldo para a indignação branca perante a políticas reparadoras, como é o caso da política de cotas raciais, que muitas vezes é apontada como uma forma de discriminação ou até como um privilégio negro.

Políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra, etc, etc. Como nos mostra Denise Jodelet (1989), políticas públicas direcionadas àqueles que foram excluídos de nossos mercados materiais ou simbólicos não são direitos, mas sim favores das elites dominantes (CARONE, BENTO, 2002, P.27)

Como citado anteriormente, a discriminação racial brasileira ocorre de diversas formas e diversas origens. Para Maria Aparecida Silva Bento, ela pode ser originária da necessidade de manter privilégios, ou seja, essa discriminação pode ser pautada no interesse, ou então há a hipótese do branco se sentir rejeitado pelo negro e demonstrar

essa sensação em forma de discriminação (Carone, Bento, 2002).

Acredito que cabe aos psicólogos um olhar mais sensível à essas questões com intuito de acolher aqueles que se sentem discriminados, pois quando negamos a existência dessa discriminação, compactuamos com o aumento do sofrimento do sujeito discriminado.

3.2- A aproximação da psicologia com o movimento negro

O movimento negro brasileiro tem ajudado a pautar e a construir políticas necessárias para a emancipação negra no Brasil. Desde a abolição da escravatura, negros vem se organizando e construindo a resistência antirracista.

Em 1931, surge a Frente Negra Brasileira (FNB), que combateu o racismo em diversos aspectos, chegando a construir escolas exclusivamente para negros no Brasil, porém em 1936, se alia e passa a se apresentar enquanto um partido de extrema direita, assim acaba perdendo sua legitimidade (CFP, 2017)

Entre os anos 1945 e 1964, Abdias Nascimento lidera o Teatro Experimental Negro (TEN), movimento que lutava contra o racismo, o colonialismo e o imperialismo, porém seus militantes passaram a sofrer perseguição durante a ditadura militar, precisando recuar das atividades explícitas e só voltando a militar ativamente na década de 70 (CFP, 2017).

O Movimento Negro Unificado (MNU) surge em 78, marcando uma terceira fase do movimento negro brasileiro. Tendo suas ações orientadas por uma política de esquerda, MNU se colocava enquanto combativo e mais ativo, pautando suas ações de maneira mais afrocentrada, o que para muitos era radical, porém eles visavam romper de vez com a visão colonialista e com base na miscigenação tão presente no Brasil (CFP, 2017).

As questões levantadas por movimentos sociais, além da representatividade que as pautas deles carregam, são muito importantes e potentes para a emancipação do sujeito negro.

Alguns anos após a criação e a expansão do MNU e do lançamento do livro

“Tornar-se Negro”, a psicologia brasileira ganha dois atores fundamentais para a luta antirracista. O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT) e o Instituto AMMA PSIQUE NEGRITUDE (CFP, 2017).

O CEERT surge em 1990, mas não é voltado apenas para questões psicológicas, atua promovendo programas e políticas emancipatórias que visam igualdade racial em diversos aspectos e setores da nossa sociedade.

Já o AMMA⁷, foi criado em 1995 e até hoje promove formação clínica para profissionais de psicologia, com intenção de capacitar profissionais que consigam realizar um trabalho clínico com sujeitos marcados pelo racismo e pela discriminação racial (CFP, 2017).

Por entender que o racismo ultrapassa os limites da violência social e reverbera prejudicando a saúde mental dos indivíduos, tendo como possíveis consequências o desenvolvimento de doenças psicossomáticas, o instituto AMMA busca fornecer uma formação da prática clínica com função de identificar e desconstruir os efeitos intrapsíquicos do racismo (Silva, Almudi, 2004).

Atualmente, temos a Rede Dandara⁸, um grupo de psicólogas que surgiu na Bahia, no ano de 2016, com o intuito de acolher, de maneira institucional, mulheres que tem sua existência marcada por questões de gênero, raça, classe e os determinantes sociais, visando entender os efeitos dos atravessamentos de raça e classe nessa mulheres. Além de promover esse acolhimento, a Rede Dandara também é responsável por um mapeamento de psicólogas e psicólogos negros no Brasil.

3.3- O Trabalho dos Conselhos de Psicologia acerca das questões raciais

Se a psicologia só foi reconhecida enquanto profissão e passou a se descolar de outras áreas de saber nos anos 60, para existir um órgão regulador da profissão, precisou ainda de mais tempo. Foi só em 1973 que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) passou a existir (Soares, 2010).

Nesses anos de existência, o CFP e suas representações regionais, foram de

⁷ <http://www.ammapsique.org.br/index.html>

⁸ <https://rededandarasblog.wordpress.com/>

extrema importância para a realização da prática do psicólogo, mas foi só pelo início dos anos 2000 que o órgão passa a realizar ações que promovem a igualdade racial.

Durante os anos de 2005 e 2006, psicólogos do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-BA), que possuíam interesse nas questões relacionadas à Direitos Humanos, se reuniram afim de discutir temas relacionados a subjetividade das minorias. A partir desses encontros, foi percebida a carência no campo de produção de conhecimento da psicologia acerca das questões raciais.

O Grupo de Trabalho (GT) “Psicologia e Relações Raciais” surge enquanto uma consequência desses encontros, buscando aprofundar os conhecimentos e aumentar a produção de material a respeito dessas questões.

No ano de 2008, é lançada a primeira cartilha “Psicologia e Relações Raciais”⁹, um guia de referências que continha material informativo catalogado e dividia as categorias de espaços físicos para pesquisa, museus, material didático como livros, filmes, vídeos, documentários, além de teses, artigos e publicações acadêmicas que tratassem as temáticas raciais.

Posteriormente é lançada a segunda edição da cartilha “Psicologia e Relações Raciais”¹⁰, uma versão ampliada da primeira edição desse guia de referências. São 47 páginas que buscam difundir ainda mais os materiais que tratam das relações raciais, assim se fomenta a prática de cuidado promovendo uma psicologia antirracista.

Em 2006 foi criado o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP¹¹), que é um centro de referência criado pelo CFP e por CRPS e visa promover a qualificação profissional para os psicólogos que trabalhem com políticas públicas. Desde então, o CREPOP passou a promover cartilhas e ações que qualifiquem os profissionais de psicologia.

No ano de 2017, o CREPOP lança cartilha de relações raciais, chamada “Relações Raciais- Referências Técnicas para capacitação de psicólogas (os) ” onde há um mapeamento e uma contextualização histórica sobre o período de escravidão e os efeitos disso na população negra, além de explicitar o quanto a formação dos psicólogos é bastante racista, uma vez que poucas vezes, para não dizer que nunca, temos disciplinas que tratam das questões raciais nas graduações de psicologia no país (CFP, 2017).

⁹ <https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2015/08/CartilhaGRPRR.pdf>

¹⁰ <https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2015/08/2%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o-da-Cartilha-de-Psicologia-e-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais.pdf>

¹¹ <http://crepop.pol.org.br/>

Nesse trabalho, o CREPOP aponta que a psicologia até hoje reforça a ideia de ser um campo responsável por detectar as anormalidades psíquicas, ideia essa que é herança dos anos entre 1930 a 1970, em que a psicologia era apenas um produto de outros saberes, período anterior ao seu reconhecimento enquanto profissão (CFP, 2017).

Quando a psicologia, enquanto campo do saber, se omite no que diz respeito aos efeitos das discriminações raciais nos sujeitos negros, ou até mesmo os efeitos dos mais diferentes tipos de opressões em relação as minorias, ela reforça esse lugar superficial de ciência das emoções (CFP, 2017).

Nesse sentido, essa cartilha vem acrescentar muito no que diz respeito da necessidade de uma demarcação de posição, não só política, mas também enquanto promotora de cuidados, da psicologia.

Outro ponto ressaltado pela instituição nessa cartilha, é a ausência de produções acadêmicas no campo da psicologia e das questões raciais (CFP, 2017). Eles reforçam que só após os anos 2000 que começamos a ver as publicações de psicologia abarcando esse tema, mas ainda assim, de maneira incipiente.

Mas nesse ponto, a iniciativa do CREPOP, além de realizar uma contextualização histórica, também apresenta diversos trabalhos científicos que visam entender as questões dos negros e como o racismo interfere na emancipação e na saúde mental das pessoas marcadas pela discriminação racial (CFP, 2017).

Quando não se constrói um saber acadêmico e teórico que estude e entenda as especificidades de um grupo que tem sua trajetória marcada pelo sofrimento, como são os negros no Brasil, a psicologia abre mão de produzir um cuidado e uma escuta de qualidade.

Se tratando do nosso país, onde mais da metade da população se identifica enquanto negra ou parda, é muito crítico e perigoso que psicologia não se pratique de maneira antirracista. Desse modo, podemos ver que até o final do século passado, a psicologia assumia uma postura indiferente aos efeitos das questões raciais.

O questionamento levantado pelo eixo quatro “Psicologia e a Área em Foco” da cartilha é muito pertinente pois nos convoca a pensar o papel da psicologia no que diz respeito a questões raciais.

Através de uma contextualização das áreas da profissão, o CREPOP não omite que durante sua consolidação no Brasil, a psicologia se constituía enquanto campo científico afim de respaldar práticas racistas.

Nesse sentido, a iniciativa da instituição se afirma enquanto um instrumento muito potente com finalidade de capacitar os profissionais de psicologia e assim, acabar realizando uma reparação história do lugar da psicologia.

Historicamente, a Psicologia brasileira se posicionou como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias, inclusive por tomar por padrão uma realidade que não contempla a diversidade brasileira. (CFP, 2017, P. 75).

Quando uma instituição com a dimensão do CFP se organiza para realizar estudos como o que reverberou na cartilha “Relações Raciais- técnicas para atuação de psicólogos(os)”, podemos ver a dimensão dos efeitos subjetivos de se compor uma minoria. É necessário que os profissionais estejam atentos a essas questões.

Entender a importância das iniciativas como as CREPOP e do CRP-BA não é negar o sofrimento psíquico dos sujeitos brancos, mas sim entender que o racismo e todo o sofrimento oriundo dele, além do histórico de violência que marca a ancestralidade do negro brasileiro, deixam marcas nos sujeitos negros.

Falar de racismo não significa que há pessoas brancas que sofrem e sofrem muito. Não se trata de mensurar o imensurável, mas de ressaltar que o racismo produz um sofrimento específico e coletivo que no Brasil, é vivido principalmente por negros e indígenas.(CFP, 2017,P.20)

Iniciativas como a cartilha do CREPOP e do CRP-BA são de extrema importância para que a psicologia exerça seu papel de promoção de saúde mental e que os profissionais sejam capacitados para abarcar o sofrimento explícito ou velado daqueles que sofrem há tantas gerações no país.

Sendo o racismo um dos principais estruturantes no que concerne as desigualdades no país e essa desigualdade não se apresenta apenas de maneira material, mas também simbólica (CFP, 2017), é de extrema importância que psicólogos realizem sua prática de maneira sensível às questões da negritude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que junto do período de estágio, ao finalizar minha graduação com a construção desse trabalho, consigo estabelecer uma relação de afeto com a psicologia. Durante meu percurso de formação, só consegui encontrar potência no meu lugar enquanto psicóloga, ao pensar numa psicologia política.

No cenário político brasileiro atual, em que vivemos a ascensão do conservadorismo, o qual reverbera se alastrando às diversas camadas da sociedade e assim, torna comum a banalização dos sofrimentos das minorias, considero que trabalhos que demarcam uma posição a favor dos direitos humanos e da valorização dos sujeitos, se fazem necessários.

No que concerne o campo da psicologia, acredito que enquanto profissionais da saúde e promotores de cuidado, devemos sempre estar atentos às singularidades dos sujeitos, mas sem deixar de lado os marcadores históricos que influenciam em toda dinâmica intrapsíquica dos indivíduos e podem ser deveras cruéis, além de produtores de sofrimentos.

Como apresentei ao longo deste trabalho, os mais de 300 anos de escravidão negra no Brasil geraram consequências extremamente danosas no país. A população negra e seus descendentes, embora façam parte de mais da metade da população no país, não estão em posição de destaque e encontram dificuldades de ascender socialmente, de ocupar espaços de prestígio na sociedade.

A escravidão não se pautou apenas no controle e dominação dos corpos negros, mas a sociedade escravagista também se utilizava de estratégias de dominação psicológicas para manter o negro numa posição inferior na sociedade (Fanon 1968).

No que concerne o campo da saúde mental, o histórico da psiquiatria brasileira também é marcado por práticas de controle e de racismo de Estado (Foucault, 1988). Como falado ao longo do primeiro capítulo, a eugenia foi a base das práticas psiquiátricas no começo do século XIX, com isso tivemos longos anos de tratamentos médicos com preceitos racistas, o que foi fomentado por setores da sociedade logo após a abolição da escravatura.

Os efeitos da LBHM na psiquiatria duraram anos e como a psicologia brasileira, até 1962 esteve atrelada à ciência médica, isso acabou reverberando nas práticas e na

formação profissional.

A ideia de democracia racial, outra teoria que discuti ao longo deste trabalho, ainda se faz muito presente em nossa estrutura social, mesmo sendo largamente contestada. A falsa ideia de sociedade sem diferenças raciais, sustentada pelo argumento da ampla mestiçagem que surge como consequência da colonização, reverbera em diversas formas de racismo, principalmente o racismo velado.

Nascimento (2016) afirma que a combinação dos 300 anos de escravidão e uma estruturação social a partir de suor e sangue de negros com a democracia racial pautada na convivência harmoniosa entre todos, sem diferenças raciais, acaba se tornando uma forma de apaziguamento, senão apagamento, da história.

Esse apagamento da memória gera uma sociedade racista, na qual a estruturação intrapsíquica do negro sempre vai se dar a partir de um Ideal de Eu branco (Souza, 1983). Esse Ideal de Eu branco pode ser o precursor de uma negação de sua raça, fazendo com que o negro renegue suas origens, ocasionando um sofrimento psíquico.

É de extrema importância que a psicologia enquanto campo de saber e os psicólogos, enquanto profissionais de saúde, se atentem para essas questões tão delicadas e que permeiam a vivência do negro brasileiro.

Os estudos para construir uma psicologia antirracista, ainda são incipientes, porém cada vez mais se fazem necessários para que se entenda e acolha os sofrimentos dos sujeitos marcados pelo racismo.

Ao construir esse trabalho de conclusão de curso, me deparei com diversas questões acerca a psicologia e seu desenvolvimento no Brasil, que me chocaram e me vi confrontada no que diz respeito ao projeto de psicologia em que acredito. Nesse sentido, me senti convocada a entendê-los e construir uma trajetória de psicologia antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANGELOU, Maya. “**Ainda assim eu me levanto**”. São Paulo. Instituto Gelédes, 2018.

<https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>

BARRETO, Lima. **Diário do hospício & O cemitério dos vivos**. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2004.

BENEVIDES, Regina. **A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?**. *Psicol. Soc.* [online]. 2005, vol.17, n.2, pp.21-25. ISSN 0102-7182. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200004>.

CFP. **Relações Raciais- Referências técnicas para a atuação de psicólogos (os)**. Brasília, 2017. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

CRP. **Psicologia e Relações Raciais**. Bahia, 2008. <https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Guia-de-Refer%C3%A4ncia-Psicologia-e-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais.pdf>

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro, editora Garamond, 2007.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Editora Vozes Limitada, 2002. Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**.

Brasília: CFP, 2017.

DAS NEVES, Márcia. A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues. **Filosofia e História da Biologia**, v. 3, n. 1, p. 241-261, 2008.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662008000200004>.

DE JESÚS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo, editora Ática, 2014.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. São Paulo, editora Global 2003..

FANON, Frantz; DA SILVEIRA, Renato. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **F86h História da sexualidade**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

Geledes, Instituto da Mulher Negra. **A história da escravidão negra no Brasil**. Instituto Geledes, Brasil, 13/07/2012. <https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>

IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Brasília, 2017. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores>

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: a análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 115-137, Mar. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722000000100008>.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

Oliveira, Carolina. **Atlas da Violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas**. - Carta do Capital, São Paulo, 05/06/2017. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>

OLIVEIRA, Marcos Marques de. Florestan Fernandes e o mito da democracia racial brasileira. **Revista Virtual En_Fil**, p. 1-16, 2014.

SILVA, Maria Lucia; ALMUDI, Maria de Lourdes Araújo; REGINALDO, Fabiane da Silva. Os efeitos psicossociais do racismo. **São Paulo: Instituto AMMA Psique e Negritude: Imprensa Oficial**, 2008.

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. spe, p. 8-41, Dec. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002>.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. Publifolha, 2001.